



Conversa

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

**“Se há alguma
revolução que deu
certo neste país, é
a implementação
das cotas”**

Conversa com

Fábio Macêdo Velame

Coordenador do PPG-AU/FAUFBA (2022-2023)
Universidade Federal da Bahia

A conversa entre os Cadernos PPG-AU/FAUFBA e o professor Fábio Macêdo Velame, atualmente Diretor da FAUFBA, ocorreu presencialmente na sala da Direção, em 5 de setembro de 2024. A gravação foi transcrita por um aplicativo de inteligência artificial, revisada pelo editor Leo Name, por outra ferramenta de IA e pelo próprio Velame.

Durante a conversa, ele refletiu sobre sua trajetória na FAUFBA, abordando os percalços enfrentados, como um estudante negro, em um curso ainda muito elitizado nos anos 90. Naquela época, o bacharelado em arquitetura era fortemente influenciado por abordagens modernistas e eurocentradas, desconectadas da realidade sociocultural baiana. Apesar disso, afirmou ter conseguido introduzir as questões étnico-raciais já em seus primeiros trabalhos acadêmicos, graças ao apoio de orientadoras como Ana Fernandes, na iniciação científica, e Naia Alban, no trabalho final de graduação.

Destacou, de sua carreira inicial, o trabalho de assessoria técnica junto a comunidades quilombolas e terreiros de candomblé, o que o marcou profundamente. Ao retornar à FAUFBA para continuar sua formação, ressaltou a importância do acolhimento, pela professora Odete Dourado, de suas pesquisas de mestrado e doutorado, voltadas à arquitetura de terreiros de candomblé e sua relação com as cidades. No entanto, observou que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho para a inclusão plena da perspectiva afrocentrada nos currículos de Arquitetura e Urbanismo. Ao mesmo tempo, comemorou a "revolução" proporcionada pela política de cotas, que permitiu a entrada de um número significativo de estudantes e docentes negros, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Esse movimento, segundo o professor, tem estimulado debates mais profundos sobre questões étnico-raciais e formado pesquisadores comprometidos com suas comunidades.

Em relação à sua gestão à frente do PPG-AU/FAUFBA, embora tenha sido relativamente curta, Velame afirmou ter enfrentado desafios importantes, como a escassez de recursos e cortes orçamentários, o retorno às atividades presenciais e a reestruturação do programa após a pandemia, além da constante luta por bolsas para o alunado. O PPG-AU/FAUFBA, para ele, aliás, é um dos principais programas de pós-graduação do país, consolidado nacional e internacionalmente, combinando tradição e inovação. Sobre isso, comentou a respeito da crescente incorporação, por parte do programa e de seus docentes, das questões de gênero, étnico-raciais e sobre africanidades, conectando esses temas ao campo de Arquitetura e Urbanismo. Isso reafirma, segundo ele, o caráter progressista do PPG-AU/FAUFBA e sua liderança em diversidade no cenário nacional.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você é uma cria da FAUFBA. Foi onde você fez tanto a graduação, nos anos 90 e início dos 2000, quanto o mestrado e o doutorado ao longo dos anos 2000. Como era a formação em Arquitetura e Urbanismo nessa época, e como era ser um estudante negro na Bahia, o estado mais negro do país, em uma carreira muito elitizada, numa universidade que provavelmente era bem mais branca do que é hoje?

Fábio Macêdo Velame: Um prazer poder contribuir com essa reflexão. Sua pergunta é muito importante. Interessante, porque, quando entrei na Faculdade de Arquitetura, em 1998, eu vinha da Escola técnica Federal da Bahia (ETFBA), que era um espaço de formação para estudantes de vulnerabilidade socioeconômica, tentando acessar as universidades. Naquele momento, a minha turma na FAUFBA tinha 120 alunos, e só três eram de escolas públicas. Eu e mais dois colegas, todos vindos de escolas técnicas de Salvador e Feira de Santana. Desses três, apenas dois eram negros: eu e um colega. Era um universo muito diferente da nossa realidade social. Eu vinha da periferia de Salvador, advindo por parte de mãe de uma cidade pequena do Sertão Baiano, e do Recôncavo, por parte de pai. A maioria dos outros alunos era de classe média e classe média alta, muitos filhos de arquitetos e urbanistas, com gerações consolidadas na Bahia, no Brasil e até internacionalmente, muitos ligados a construtoras e incorporadoras.

A formação era muito voltada para o projeto, numa perspectiva bastante distante da nossa realidade sociocultural. Na época, vivíamos uma transição curricular, saindo das disciplinas de planejamento para o modelo de atelier que tínhamos até hoje. Minha geração foi pioneira nesse formato, e, curiosamente, estamos reformulando o currículo novamente, atualmente. Minha vida era centrada em bairros populares e negros, especialmente do Recôncavo, mas o curso refletia uma arquitetura e urbanismo focados em referências norte-americanas e europeias, muito distintas da nossa realidade. Havia sempre um sentimento de estranhamento, vindo de bairros populares, de ocupações informais, de quilombos e comunidades de terreiro, enquanto o curso era centrado numa estética modernizante, herança do movimento moderno, mas distante da maioria da população de Salvador e da Bahia. Nós vivíamos em ambientes com capoeira, samba de roda, feiras populares, enquanto na faculdade tudo era muito "clínico", com um purismo estético que não refletia a vida da maioria da população negra da cidade.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Isso se apresentava mais esteticamente nos edifícios que você precisava projetar nos ateliês, ou havia também uma Salvador invisível para o curso de arquitetura?

Fábio Macêdo Velame: Havia um distanciamento da faculdade em relação às realidades de Salvador, da região metropolitana e da Bahia como um todo. Os temas discutidos e desenvolvidos nos ateliês eram bastante abstratos, formulados a partir de perspectivas eurocentradas, com referências basicamente norte-americanas e europeias. Era um repertório arquitetônico ainda muito vinculado à modernidade, com influências também da contemporaneidade, como o desconstrutivismo, o regionalismo crítico e os *revivals*, todos no bojo do pós-modernismo. No campo do projeto de arquitetura, do desenho urbano e do planejamento urbano, havia pouca relação com as problemáticas sociais baianas e soteropolitanas. Esse distanciamento estava presente tanto nas disciplinas de história e teoria, com os referenciais adotados, quanto nas disciplinas de projeto e planejamento.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Mesmo assim, no seu Trabalho Final de Graduação, de 2003, *Liberdade: a Salvador negra*, e nos seus trabalhos de mestrado e doutorado, respectivamente *A arquitetura do terreiro de candomblé de culto aos Egum: o Omo Ilê Aboulá, um templo da ancestralidade afro-brasileira*, de 2007, e *Arquiteturas da ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix*, de 2012 — ambos já publicados como livros (VELAME, 2019; 2022) —, você conseguiu inserir as questões étnico-raciais e essa Bahia invisível. Quais foram os desafios no desenvolvimento de cada um deles? E qual o papel de suas orientadoras, Naia Alban na graduação e Odete Dourado na pós-graduação, no acolhimento, na aceitação e na execução dessas pesquisas?

Fábio Macêdo Velame: Isso é muito importante. Primeiro, é fundamental destacar a professora Ana Fernandes, com quem fiz iniciação científica por um bom tempo. Ela foi essencial nos meus primeiros passos na pesquisa. Trabalhei com ela em várias investigações, uma delas sobre as praças da América Latina, o que me aproximou da questão cultural. Nesse projeto, eu e um colega refletimos sobre a urbanidade e a cultura. Isso nos fez questionar nosso lugar dentro da escola e da cidade, levando em conta os recortes socioculturais e raciais. Foi um momento de grande reflexão. Eu morava na Cidade Nova, que havia sido devastada por um incêndio no século XIX, e depois fui para o Cabula, próximo ao território negro do São Gonçalo do Retiro e do Ilê Axé Opô Afonjá. Essa vivência, junto com as circulações pelo bairro da Liberdade, onde tinha parentes, me levou à proposição de um TFG que abordasse a questão étnico-racial no bairro mais negro de Salvador, a Liberdade.

Naquele momento, foi bem difícil encontrar um orientador que quisesse trabalhar com esse tema. Alguns professores estavam sobrecarregados; outros não achavam o tema pertinente. Mas a professora Naia acolheu a proposta, por causa do trabalho dela com

cultura, especialmente em uma perspectiva de arquitetura contemporânea que se conectava com elementos culturais baianos, como o Carnaval e o teatro. Um pouco na linha de Assis Reis e outros arquitetos que andavam por aqui. Nós desenvolvemos um projeto, tentando incorporar a temporalidade das manifestações culturais, festivas e carnavalescas do bairro da Liberdade. O traçado principal considerava a Rua Lima e Silva, a Estrada da Liberdade, focando também em um conjunto de equipamentos que abordassem as questões sociais, culturais e econômicas, promovendo a formação da população negra. A ideia era criar uma linguagem arquitetônica que utilizasse materiais contemporâneos, mas integrasse formas e elementos da cultura negra, sobretudo vinculados às religiões de matriz africana. Também incluímos referências à arte contemporânea, com destaque para Rubem Valentim, cujo trabalho é fortemente marcado pela geometria simbólica dos orixás, que serviu de inspiração no projeto, conectando a produção artística à simbologia do candomblé.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E o mestrado e o doutorado com Odete Dourado?

Fábio Macêdo Velame: Depois de me formar, segui o caminho comum de muitos jovens arquitetos e entrei no mercado, trabalhando em escritórios de arquitetura, principalmente no campo dos projetos de edificações complexas e do planejamento urbano. Naquele período, depois da política neoliberal dos anos 90, houve uma espécie de desmonte das estruturas públicas, tanto em nível municipal quanto estadual. Isso fez com que órgãos de planejamento, como a SEDUR [Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano], começassem a terceirizar seus projetos executivos, o que fomentou o surgimento de grandes empresas de arquitetura. Essas empresas contratavam equipes numerosas, muitas vezes com 40, 50 ou 60 arquitetos, para participar de licitações no setor público. Trabalhei nessas empresas por cerca de dois anos, mas decidi me desvincular desse ambiente e retomar meu foco nas questões étnico-raciais. Foi aí que comecei a construir um projeto de vida e uma trajetória acadêmica voltados para a assessoria e a assistência às comunidades negras em Salvador e na Bahia. Saí do escritório e comecei a colaborar em um projeto piloto da Fundação Cultural Palmares, presidida pelo professor Ubiratan Castro, na época, focado no patrimônio cultural afro-brasileiro e nos terreiros de candomblé. Esse projeto foi um marco importante, abrindo portas para diversos outros trabalhos, como o mapeamento de terreiros em Salvador e o desenvolvimento de cartografias étnico-raciais e socioeconômicas de comunidades quilombolas no sertão baiano.

Essas experiências me levaram a prestar assessoria técnica para comunidades quilombolas e terreiros de candomblé, trabalhando em colaboração com órgãos como a Fundação Cultural Palmares, o Ministério Público e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico da Bahia. Meu objetivo era utilizar minhas habilidades arquitetônicas e de planejamento urbano para auxiliar essas comunidades, com foco na preservação cultural e no fortalecimento social. Mas, ao longo dessa trajetória, percebi que a universidade seria um espaço de maior liberdade para desenvolver minhas pesquisas e projetos de extensão. Na Academia, poderia me dedicar à construção de ações que dessem suporte às comunidades negras, além de avançar como pesquisador e militante. Foi nesse contexto que o projeto do terreiro Ilê Aboulá surgiu, alinhado com meu trabalho na Fundação Cultural Palmares e com o desejo de aprofundar a relação entre arquitetura e as questões étnico-raciais.

A professora Odete Dourado teve um papel fundamental na minha formação crítica e teórica, orientando tanto meu mestrado quanto o doutorado. Sem sua orientação, não teria alcançado a visão política, extensionista e agregadora que hoje tenho. Ela, inclusive, com sua experiência e proximidade com a comunidade de terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá, defendeu meu projeto de pesquisa na banca [de seleção do mestrado], diante de críticas que questionavam a validade arquitetônica das construções dos terreiros como objetos de estudo. Odete argumentou brilhantemente sobre a importância cultural e social dessa arquitetura, acolheu a ideia, permitindo que o projeto fosse aprovado e desenvolvido com sucesso.

A professora Odete, então, acolheu essa que era a primeira pesquisa sobre a arquitetura do culto aos Eguns no Brasil. Essa sociedade africana, de origem ioruba, da Nigéria e do Benim, sobreviveu aos séculos de tráfico negreiro, à escravidão e à perseguição religiosa no início do século XX. É importante destacar que, apesar de já haver estudos antropológicos sobre as religiões de matriz africana, não havia pesquisas sistematizadas no campo da arquitetura sobre essa sociedade secreta. A pesquisa serviu, não só para instruir e colaborar com a Fundação Cultural Palmares, sobre o patrimônio cultural afro-brasileiro, mas também para subsidiar o processo de tombamento do terreiro no IPHAN. Isso foi muito importante. O processo de tombamento durou 12 anos. Ao longo desse tempo, fomos alimentando o processo com mapas, entrevistas, fotografias e textos, que serviram como espinha dorsal. O terreiro do Alapini Balbino Daniel de Paula, do culto aos Eguns, no Brasil, foi tombado há três anos, e ficamos muito felizes. Por volta do início dos anos 2000, esse terreiro era visto como um lugar de “casinhas sem expressão arquitetônica, no meio do mato”. Hoje, ele é reconhecido como patrimônio cultural do Brasil,

inclusive graças a esse trabalho. Essa mudança de visão dentro da instituição foi bastante importante.

Mais recentemente, já como professor da FAUFBA, consegui construir um convênio com o IPHAN para restauração e conservação de terreiros tombados. Foram três casas: a Roça do Ventura, em Cachoeira; o Alaketo, em Salvador; e o Agboulá, em Itaparica. Esses trabalhos demonstram a relação da universidade com as comunidades, a partir da extensão e da pesquisa acadêmica. Foram realizadas formações das comunidades de terreiro, projetos restaurativos participativos, e obras de restauração.

Voltando à questão, no doutorado, estávamos em dúvida se trabalharíamos com os Quilombos ou com a arquitetura dos terreiros do Recôncavo Baiano e sua relação com a cidade. A segunda etapa do projeto do patrimônio cultural afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares seria no Recôncavo Baiano, mas com a mudança de governo, o projeto foi suspenso. Então decidimos como forma de não paralisar o projeto, tratar no doutorado a arquitetura dos Terreiros de Candomblé do Recôncavo e sua relação com as cidades, para dar continuidade ao trabalho e, quem sabe, futuramente subsidiar novos processos de tombamento junto ao IPHAN e ao IPAC. Todos os terreiros foram reconhecidos como patrimônio cultural imaterial do estado da Bahia, um resultado muito importante para esse processo. O que desenvolvemos em termos de pesquisa, então, tem um caráter extensionista, no sentido de instrumentalizar e levar cidadania plena para as comunidades negras com as quais trabalhamos.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você falou que, teve dificuldades com as perguntas da banca de seleção de mestrado e foi literalmente salvo pela Odete. Mas isso aconteceu lá atrás, no passado... Hoje, você é líder do grupo de pesquisa EtniCidades, e parece que o cenário mudou um pouco. Então, qual foi o cenário que você encontrou no PPG-AU/FAUFBA nos anos 2000? Você se lembra dos textos e autores que estavam em destaque na época? E a que você atribui, não só dentro do PPG-AU, mas no cenário nacional, o crescimento da questão étnico-racial, mesmo em um campo conservador como o da arquitetura?

Fábio Macêdo Velame: Bom, naquele momento, o que havia sido produzido, no campo, na Faculdade de Arquitetura, na cidade de Salvador, que tem a alcunha de Roma Negra, que foi a primeira capital do país e tem praticamente 80% da população afrodescendente, com mais de 1.400 terreiros e 22 blocos afro, além de 120 afoxés, bairros negros, grupos de samba, capoeira, samba de roda, samba junino, e todas as manifestações culturais negras que você pode imaginar, não refletia a realidade da ci-

dade. Você estudava, por exemplo, na graduação, nas disciplinas de história os templos da antiguidade, Babilônia, Grécia, igrejas e catedrais da Idade Média, estilos gótico e românico, renascimento, barroco, neoclassicismo e modernismo. A formação era centrada na herança eurocêntrica, estudávamos do Parthenon em Atenas a Capela de Ronchamp de Le Corbusier. Mas nunca tive uma aula sobre terreiro de candomblé, em uma cidade que tem quase 80% da população negra e 1.400 terreiros. Esses terreiros foram elementos geradores de bairros e territórios, mas isso não era discutido dentro da escola. Quando entrei na pós-graduação, o programa já existia há 20 anos, e só havia dois trabalhos com essa temática: o de Íris [Salles Nascimento], orientado por Júlio Braga e [Marcos] Paraguassu, que trabalhou com quatro terreiros e a relação deles com o crescimento da cidade.¹ Além disso, havia o trabalho clássico *Ekabó!*, da professora Ana de Lourdes [Ribeiro da Costa],² que foi minha professora. Meu trabalho foi o terceiro, com o desafio de mergulhar na arquitetura de terreiro propriamente dita, abordando sua relação com a cidade e a negritude.

O maior desafio não foi apenas introduzir a temática das relações étnico-raciais no currículo, mas fazer o salto epistemológico: pensar essas arquiteturas e territórios a partir de uma perspectiva afrocentrada, referenciada na cosmovisão dessas comunidades, com seus valores e estéticas próprias. Não dá para analisar a arquitetura de um terreiro de candomblé usando as categorias de análise tradicionais, como função, técnicas construtivas, cheios e vazios, luz e sombra. O repertório crítico da arquitetura que recebemos vem de uma herança eurocêntrica, que não dá conta dessas questões. Tivemos que criar novos eixos analíticos a partir das realidades das comunidades, da convivência e da experiência com elas. Esse foi o grande desafio. Ao longo do mestrado e do doutorado, fomos construindo essas bases e introduzindo no currículo da Faculdade de Arquitetura, não só pela pesquisa, mas também pela extensão. O grupo EtniCidades começou como um projeto de extensão e pesquisa, trabalhando com quilombos, terreiros e comunidades negras, sempre buscando devolver o conhecimento para essas comunidades.

As comunidades, como as de quilombolas e as de terreiro, tornaram-se nossas bibliotecas vivas. Através do contato com seus saberes, desenvolvemos uma nova forma de pensar a arquitetura e o território, rompendo com o que era ensinado nas universidades.

¹ Nota dos Editores (N.E.) — Trata-se da dissertação *O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço urbano* (NASCIMENTO, 1989).

² N.E. — Velame está se referindo a *Ekabó!: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX* (COSTA, 1989), sob orientação de Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes.

Esse movimento começou há 10 anos, e a partir do nosso trabalho de extensão no Recôncavo Baiano, com quilombos e comunidades negras, fundamos o grupo EtniCidades: grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo, que busca acolher jovens negros, quilombolas e indígenas na faculdade, proporcionando um espaço para desenvolver suas temáticas e pesquisas. Essas pesquisas, surgidas da extensão, têm uma dimensão política importante, pois servem como instrumentos de luta dessas comunidades nas disputas por direitos e reconhecimento, além de tensionar o currículo tradicional das universidades. Criamos, na FAUFBA, a primeira disciplina de Arquiteturas Afro-brasileiras na graduação, o que levou dois anos de debate e muito esforço para ser aprovada. Na pós-graduação, tivemos mais liberdade para criar disciplinas voltadas para essas temáticas e, assim, formar pesquisadores que pudessem replicar esse trabalho em outras instituições pelo Brasil, ampliando o debate sobre as relações étnico-raciais na arquitetura e no urbanismo.

Outro fator importante foi a chegada dos primeiros alunos cotistas, que encontravam dificuldades, como tinha acontecido comigo, em encontrar orientadores para suas pesquisas sobre temáticas negras. Muitos alunos me procuraram, inclusive alguns que queriam estudar a arquitetura de terreiros, mas não encontravam professores dispostos a orientar esses trabalhos. Então, tinham alunos que chegavam para mim, buscando orientação para um projeto de terreiro. Como no caso de uma aluna, por exemplo, que não encontrava ninguém que tivesse condições de orientar. Primeiro, achavam que aquilo não cabia como TFG, e, ao mesmo tempo, não sabiam como poderiam orientar. Todos foram significativos, mas esse se destacou porque ela trouxe uma proposta de terreiro a partir de uma perspectiva moderna do pensamento, utilizando a função do fluxograma. Eu disse a ela para esquecer isso, pois não fazia sentido: "Você deve ir à comunidade, conversar com as pessoas e entender como fará esse projeto. Você precisará jogar búzios e perguntar aos orixás e caboclos o que eles desejam para o projeto. Eles decidirão a distribuição do barracão, quais materiais utilizar, se a comunidade fará um mutirão, se juntarão dinheiro para contratar alguém ou se os filhos de Santo daquela casa resolverão as questões". E assim foi feito, com todo o processo envolvido. Foi um processo muito rico de desconstrução do colonial e de amplitude epistemológica.

Logo surgiu a "rádio corredor" entre os alunos negros e negras que estavam iniciando suas TFGs, vindo de territórios afrodiáspóricos e querendo trabalhar com esses territórios. Começaram a encontrar um espaço de acolhimento e, sobretudo, de construção coletiva. Os alunos entenderam que precisavam construir metodologias e buscar concei-

tos e teorias mais decoloniais ou pós-coloniais, tendo como base a perspectiva da negritude. Era necessário buscar isso do ponto de vista dos movimentos teóricos, como o Panafricanismo, o Movimento da Negritude, o Afrofuturismo e o Afrocentrismo, que surgem como quatro grandes correntes teóricas da intelectualidade negra na África e na Diáspora. Esses movimentos ofereceram uma base teórica e processual para os projetos de TFG e para as pesquisas de mestrado que estavam começando.

Mas isso também não era suficiente. O verdadeiro laboratório teórico, conceitual e metodológico foi e são as comunidades negras e indígenas; elas são os depositários desse conhecimento. Mergulhar através da extensão, junto com elas, foi a principal estratégia que construímos nesse processo.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Você falou muito do nosso universo interno, na FAUFBA. Mas você é de uma geração que, quando era estudante e ia a congressos de arquitetura, via que o debate étnico-racial era completamente ausente. Sabemos que, de maneira alguma, há uma centralidade nesse debate em congressos como o ENANPARQ ou o ENANPUR, por exemplo, mas sabemos que já está presente nesses encontros... A que você atribui isso? A que atribui o crescimento do debate étnico-racial nas pós-graduações em arquitetura e urbanismo do Brasil?

Fábio Macêdo Velame: O primeiro fator é a entrada de estudantes negros tanto na graduação quanto na pós-graduação, e, sobretudo, a aprovação de professores e pesquisadores negros [em concursos para docentes], que trazem uma perspectiva militante. Fazem com que exista uma política institucional de pautar as questões étnicas, raciais, estudos africanos, afro-brasileiros e afrodiaspóricos na pós-graduação, com o intuito de formar pesquisadores negros e não negros que trabalhem com essa temática em seus territórios, dando um retorno para suas comunidades e materializando a luta política de forma emancipatória. Além disso, é fundamental formar quadros que possam ocupar outras universidades, institutos de pesquisa, institutos federais e órgãos públicos, para a implementação de políticas e no desenvolvimento de pesquisa nessa área. Essa é uma estratégia traçada.

O segundo fator é, indubitavelmente, a questão da política de cotas na graduação e na pós-graduação, que foi um divisor de águas. Se há alguma revolução que deu certo neste país, é a implementação das cotas. Embora sejam importantes e necessárias, referenciais na continuidade da luta, como foram a Revolta de Canudos e a Revolta dos Búzios, ao longo da história do Brasil, as revoltas, tanto burguesas quanto populares, fracassaram no Brasil. Porém, a única construção política que realmente transformou a

sociedade, mesmo que minimamente, foram as cotas nas universidades. Com o advento dos alunos negros na graduação, esses temas começaram a surgir nos TFGs, e ao longo do curso, houve algum tensionamento. A dificuldade de orientação nos TFGs fez com que eles buscassem professores, negros ou não, que tivessem sensibilidade para poder orientá-los. Nesse momento, grupos de pesquisa se formaram, e esses grupos serviram como base para a transição para a pós-graduação. Com a implementação da política de cotas na pós-graduação, isso tomou corpo e musculatura. Consequentemente, começaram a surgir não apenas pesquisas e extensões, mas também convênios nacionais e internacionais. Seminários específicos começaram a acontecer em algumas unidades, como os eventos que realizamos aqui há dez anos.

Nesse contexto, formamos a Rede ArchiAfro, que conta com a participação da Andréia Moassab, da UNILA, pessoal da USP como Ana Barone e Joana d'Arc [Oliveira], e outras pessoas. Essa rede surgiu em 2018, quando trouxemos Henrique Cunha Jr. e Rafael [Sanzo Araújo dos] Anjos para falarem sobre urbanismo africano e quilombos. Naquele evento, Ana Barone esteve presente, e começamos a trocar ideias. Andréia me procurou, porque ela estava montando uma disciplina em arquitetura afro-brasileira, assim como eu. Depois, Henrique fez uma ponte com Joana d'Arc, que também veio a Salvador. A partir disso, organizamos um coletivo. Nossa política, enquanto grupo em rede, é montar sessões temáticas nos dois grandes eventos da área, que são o ENANPUR e o ENANPARQ. Agora, em 2024, esse é o terceiro ENANPARQ em que propomos essa temática. Na última edição, tivemos que dividir os professores em dois grupos, cada um com cinco participantes.

Esses três elementos — a entrada de professores negros na pós-graduação, a política de cotas na graduação e na pós-graduação, e a construção de convênios nacionais e internacionais — são fundamentais. Eles promovem redes de pesquisadores que atuam coletivamente em espaços que tradicionalmente abordam a arquitetura e o urbanismo.

O quarto elemento é a questão das políticas públicas, que também pressionam a universidade de fora para dentro. A criação da SEPIR [Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], hoje representada pelo Ministério da Igualdade Racial, e a criação de secretarias nos estados, como a SEPRMI [Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais], aqui na Bahia, são exemplos disso. Com a SEPRMI, fizemos um convênio para trabalhar com comunidades tradicionais, que gerou frutos importantes. Eu fui coordenador desse convênio, estreitando a relação da UFBA, da Faculdade de Arquitetura, com a secretaria. Com esse convênio,

foi possível a SEPROMI trabalhar com população ribeirinha, marisqueira, de fundo de fecho de pasto, em parceria com os cursos de Geografia e a Biologia, por exemplo.

A construção dessa estrutura institucional cria um conjunto de programas e ações que impactam a universidade, em vários campos, pois são políticas públicas que exigem profissionais capacitados. Assim, com a implementação da política de patrimonialização de quilombos em outubro de 2023, o IPHAN se mobilizou para oferecer uma série de cursos e capacitações para técnicos sobre o tombamento de quilombos, de acordo com um decreto presidencial que determina que todos os quilombos no Brasil devem ser tombados. Discutimos essa questão na USP, em São Paulo, no final de outubro do ano passado. Neste ano, já realizamos uma reunião e um curso rápido para técnicos da Bahia, e em setembro, ofereceremos um curso online para 200 técnicos de todo o Brasil. Isso está na pauta porque os arquitetos precisam dessa formação. O MIR [Ministério da Igualdade Racial] também está mobilizado para essa discussão, com um eixo relacionado à habitação nas comunidades rurais negras, ribeirinhas, pescadoras e, sobretudo, nas comunidades quilombolas. Portanto, será necessária uma formação específica para os arquitetos, a fim de que possam desenvolver projetos de habitação nessas comunidades e em territórios negros na zona rural do Brasil. Essas ações estão interligadas ao trabalho da SEPROMI e ao Ministério da Igualdade Racial, bem como à política vinculada ao Ministério das Cidades, que se reflete na SEPROMI, aqui na Bahia, e mobiliza a SEDUR e outros órgãos.

Portanto, há um movimento externo que pressiona a universidade em várias áreas, indicando a necessidade de incluir, nos currículos de graduação e pós-graduação, as questões étnico-raciais para o exercício profissional e a implementação de políticas públicas que são transversais nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Falando agora da sua Coordenação no PPG-AU... Você foi o Coordenador do PPG-AU/FAUFBA por um período curto, de agosto de 2022 a fevereiro de 2023. Seu Vice-coordenador era José Carlos Huapaya, que logo depois assumiu a coordenação. Apesar de ser um período breve, foi uma fase delicada. Estávamos retornando às atividades presenciais, após dois anos e meio de ensino remoto por conta da pandemia de COVID-19. Também era a passagem entre a gestão de quatro anos do governo Bolsonaro, que atacou a universidade pública e lidou mal com a pandemia e o início da nova gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que trouxe esperança

para muitos, mas mesmo assim resultou em docentes e técnicos administrativos entrando em greve por dois meses, em 2024. Nesse período de transição, como você encontrou o PPG-AU/FAUFBA? Quais foram os desafios?

Fábio Macêdo Velame: Foi realmente um período curto e de transição. Houve dificuldades, especialmente para montar uma chapa que pudesse assumir num cenário crítico de falta de recursos, cortes orçamentários e a retomada das atividades presenciais. Já tínhamos um programa de gestão em mente, sempre pensando no coletivo, com projetos mais amplos. Eu e o professor José Carlos planejamos uma gestão de dois anos: eu ficaria o primeiro ano e ele o segundo, até estabilizar esse retorno às atividades presenciais e normalizar o fluxo das atividades da pós-graduação. Porém, precisei sair um pouco antes devido ao pós-doutorado e às bolsas que haviam surgido, então José Carlos antecipou a sua entrada.

O PPG-AU vinha de dois anos de pandemia, então preciso parabenizar a gestão anterior,³ que conduziu o programa durante esse período difícil. Muitas atividades, aulas, defesas e orientações foram realizadas online. E, de repente, tivemos que voltar rapidamente e de forma intensa para as atividades presenciais. O grande desafio naquele momento foi, sem dúvida, o retorno do online para o presencial, dar continuidade às atividades que haviam sido feitas online, muitas delas importantes, e, ao mesmo tempo, retomar as atividades presenciais, como disciplinas, defesas e pesquisas. Além disso, os próprios professores estavam voltando nesse momento delicado. Assumir o PPG-AU nessa transição foi uma tarefa desafiadora.

Outro ponto crítico foi o financiamento das pesquisas e, principalmente, das bolsas, que haviam sido reduzidas drasticamente pelos órgãos de fomento, como CNPq, CAPES e FAPESB. Naquele momento, o CNPq havia mudado o modelo de distribuição de bolsas. Antes, havia cotas por unidade, mas passaram a ser projetos institucionais que deveriam ser apresentados anualmente para garantir as bolsas. Trabalhamos intensamente para manter as poucas bolsas que tínhamos e lutamos para conseguir mais, já que o número havia sido reduzido quase pela metade. Ligado a isso, outro desafio foi a política de cotas. Em nosso passado recente, o PPGAU havia implantado essa política para garantir acessibilidade a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, jovens negros, indígenas, quilombolas e a população LGBTQIA+. Mas a permanência desses alunos depende basicamente do acesso às bolsas, e o corte nos últimos quatro anos foi brutal. Tínhamos que garantir o que restava e buscar mais para os anos seguintes. Além disso,

³ N.E. — A gestão que precedeu a dos professores Fábio Macêdo Velame e José Carlos Huapaya Espinoza foi a do professor Nivaldo Vieira de Andrade Junior, Coordenador entre 2020 e 2022. Não havia Vice-coordenação.

o programa tinha caído de nota 5 para 4, o que reduziu ainda mais as bolsas. Porém, aproveitamos um edital específico da CAPES para programas nota 3 e 4, que nos concedeu duas bolsas de doutorado e cinquenta mil reais para cobrir parte do nosso orçamento. Isso foi crucial, naquele cenário, para bancas, viagens de pesquisa, missões, apresentação de trabalhos em seminários. Também tivemos que correr atrás de bolsas através de editais paralelos, como esse da CAPES e o do Carrefour.⁴ No Carrefour, para o qual enviamos proposta, ficamos para a segunda etapa, mas só recentemente fomos atendidos nesse pleito. Também buscamos complementação de bolsas, principalmente via FAPESB, junto à Pró-reitoria de Pesquisa da UFBA [PRPPG]. O problema com a bolsa da FAPESB é que, em alguns programas, se você não implementar em dois dias, você perde a bolsa. Quando isso acontecia, a Pró-reitoria redistribuía as bolsas, e nós conseguimos implementar mais três bolsas da FAPESB nesse contexto.

Conseguimos também uma complementação orçamentária da PRPPG, dinheiro que outros programas não conseguiram executar, e com isso evitamos a devolução de recursos. Isso nos permitiu participar de eventos nacionais e internacionais, como o ENAN-PARQ, e o ENANPUR, e mandar pesquisadores para a Espanha e o México.

Outro desafio foi o convênio para realizar o MINTER,⁵ que estava nas fases iniciais de tratativas para a primeira ida de professores. Ainda estávamos negociando com o pessoal de Cochabamba, na Bolívia, e com os coordenadores do PPG-AU.

Mas o maior desafio foi o fechamento daquele quadriênio e os preparativos para o novo quadriênio. Havia uma necessidade urgente de realizar o processo avaliativo de reestruturação das linhas de pesquisa do programa, que começou, mas não foi concluído, nem durante minha gestão nem na posterior. Isso ficará para a próxima. Precisávamos realizar uma avaliação qualitativa para o quadriênio, a partir de uma avaliação interna, que seria feita através de um seminário. A Pró-reitoria havia combinado com as

⁴ N.E. — Em 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra, um homem negro foi espancado e morto por dois homens brancos, incluindo um policial militar, no estacionamento de uma unidade do Hipermercado Carrefour, em Porto Alegre. A ação que veio a assassinar João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi filmada por testemunhas e seus agressores foram presos em flagrante. Seis réus ainda vão a júri popular, mas em 11 de junho 2021 o Grupo Carrefour assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no valor de R\$ 115 milhões, para “estabelecer políticas de enfrentamento ao racismo” — participaram de tal acordo o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS), a Defensoria Pública da União (DPU) e as entidades Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes e Centro Santo Dias de Direitos Humanos. Parte deste recurso é destinado a bolsas de estudos para estudantes negras e negros em cursos de graduação e pós-graduação de todo o Brasil, a partir de editais específicos.

⁵ N.E. — Em 2022, foi assinado, entre o PPG-AU/FAUFBA e a Faculdade de Arquitetura e Ciências do Habitat da Universidade Maior de San Simon, em Cochabamba, um acordo de cooperação para a execução de um Mestrado Interinstitucional (MINTER), visando à formação de docentes da instituição da Bolívia.

coordenações de programas a realização de duas avaliações: uma autoavaliação e outra por membros externos. Alguns programas já estavam fazendo, e nós tivemos que fazer também. Inclusive, estou conversando com a Ariadne [Moraes Silva], que acabou de assumir,⁶ sobre a necessidade de fazer mais uma avaliação até o final do ano, em novembro. A ideia é realizar um seminário de integração de pesquisa e extensão da FAUFBA e, dentro dele, especificamente do PPG-AU, para compor o relatório. Isso foi uma estratégia combinada com o professor Ronaldo [Lopes Oliveira], Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação. Organizamos um seminário interno, chamando os professores visitantes do programa, o professor Henrique [Cunha Jr.] e a professora Margareth [da Silva Pereira], para avaliar o programa, os projetos, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa, como foi o processo durante a pandemia e como estava sendo o retorno das atividades. Com isso, conseguimos formular um documento para compor nosso relatório qualitativo e enviá-lo à Pró-reitoria de Pesquisa. Agora, é necessário fazer outro seminário até o final do ano, focado na avaliação dos egressos, no projeto estratégico e na autoavaliação.

O próximo passo, depois disso, foi a retomada das atividades presenciais em sua totalidade, incluindo disciplinas regulares, optativas e as bancas. O desafio foi sair do modelo híbrido e online, retomando as bancas presenciais. Algumas qualificações continuaram online, mas consideramos importante trazer de volta as defesas presenciais como um ritual acadêmico, um momento de encontro e troca de ideias. Docentes de fora podem dar palestras, ampliar redes e fazer contatos, o que é fundamental.

Também tivemos que adequar as condições de sala de aula e infraestrutura para as atividades presenciais, como projetores, computadores e espaço físico, tanto no PAF VI quanto no edifício anexo, que foi construído e acolheu o PPG-AU. Discutimos quais disciplinas seriam ofertadas de forma presencial, saindo do online. Durante a pandemia, muitas disciplinas foram pensadas no formato híbrido ou online, permitindo a participação de alunos de várias partes do Brasil e até da América Latina, já que o Google Meet facilitava a inclusão. Isso trouxe mais visibilidade ao programa, mas agora precisamos voltar ao presencial e adaptar os métodos e processos das disciplinas que foram criadas no formato online para o formato presencial. Esse trabalho exigiu uma grande dedicação do corpo docente.

⁶ N.E. — A professora Ariadne Moraes Silva assumiu a Coordenação do PPG-AU/FAUFBA em 1º de agosto de 2024, tendo o professor Rodrigo Espinha Baeta como Vice-coordenador.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Última pergunta: se você encontrasse um candidato ou uma candidata ao mestrado ou ao doutorado do PPG-AU/FAUFBA, o que diria que essa pessoa encontraria de diferente em comparação a outros programas?

Fábio Macêdo Velame: Eu não acho que o PPG-AU seja apenas mais um programa. É um dos principais do país, sendo o segundo maior em termos de professores, com 46 docentes em duas áreas de concentração, construídas ao longo de 40 anos. É um programa com tradição e consolidação, mas que, ao mesmo tempo, está aberto à inovação, novos pensamentos e outras áreas de produção do conhecimento relacionados à arquitetura e ao urbanismo, o que o destaca em nível nacional.

O programa passou por três momentos importantes. O primeiro foi a criação, liderada pelos professores Heliodório [Sampaio] e Pasqualino [Magnavita]. Depois, o programa ganhou corpo com os professores Ana Fernandes e Marco Aurélio [Andrade de Filgueiras Gomes], que o consolidaram em nível nacional e internacional, graças à experiência que já traziam de fora, numa época em que o Brasil ainda tinha pouca oferta de mestrado e doutorado. O professor Milton Santos também deu suporte nesse momento, quando se montou o Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.

O programa se robustecia e se desenvolvia com as temáticas urbanas e da história da cidade, paralelamente à questão do patrimônio. O Curso de Especialização em Conservação e Restauro (CECRE)⁷ foi um dos principais cursos da América Latina, vinculado à escola italiana, com a presença dos professores Paulo Ormino [David de Azevedo], Odete [Dourado] e Mário Mendonça. Eles formaram um trio: Mário na parte tecnológica, Paulo na teoria projetual de intervenção física, e Odete na teoria e na crítica em conservação e restauro. Eles construíram algo que foi um grande atrativo nos anos 80 e 90, quando a questão do patrimônio estava em voga. Do ponto de vista arquitetônico, a discussão deixou de se concentrar apenas no bem tombado isolado para abranger conjuntos arquitetônicos inteiros. Houve grandes políticas públicas, com muitos recursos, que impulsionou a especialização e, conseqüentemente, o mestrado acadêmico na área de Conservação e Restauro, projetando o curso em nível nacional e internacional. Nos anos 80 e 90, o programa se consolidou em torno da discussão urbana e da pós-

⁷ N.E. — O Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos foi criado na década de 1970 por meio de convênios entre a Secretaria de Cultura do MEC e universidades brasileiras. Em sua quarta edição, realizada em Salvador (1981-1982), o curso alcançou projeção internacional, com a participação de estudantes e consultores estrangeiros. As edições anteriores ocorreram em São Paulo (1974), Recife (1976) e Belo Horizonte (1978). Após o sucesso em Salvador, o curso foi fixado na Universidade Federal da Bahia, vinculado à Faculdade de Arquitetura e ao Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia (CEAB). Em 2010, foi convertido ao Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE).

modernidade, dos centros históricos e da questão do patrimônio como um todo. Essa tradição perdurou até o início dos anos 2000.

Mais recentemente, o programa tem se aberto para questões de gênero, étnico-raciais, africanidades e diásporas, o que o colocou como um centro de referência nacional. Claro, há outros grupos de pesquisa e laboratórios emergindo no Brasil, como o pessoal da UNILA [Universidade Federal da Integração Latino-americana], em torno da Andréia Moassab, o grupo da USP, com o LABIDIAS, com Joana D'Arc e Ana Barrone, com quem temos contato próximo. Também o pessoal de Belém do Pará está começando a se destacar. Isso tudo colocou a FAUFBA num cenário nacional de protagonismo, com professores e grupos de pesquisa reconhecidos. Agora, o desafio é consolidar essa trajetória em termos curriculares, reformulando as áreas de concentração e as linhas de pesquisa sem perder o que foi construído, mas também ampliando o que o programa é hoje.

O programa continua a manter sua tradição progressista, como foi no passado nas áreas urbanas e de conservação e restauro, onde ainda é protagonista. Ele mantém essa tradição e agora assume a liderança na pauta da diversidade. O PPG-AU se renova, se atualiza em cada ciclo, sempre sendo um protagonista na produção de conhecimento em nível nacional e internacional. Essa inovação e essa postura progressista estão no nosso DNA, sempre puxando novas temáticas. Hoje, o programa é o grande baluarte das questões de diversidade, sobretudo das questões étnico-raciais e africanidades no Brasil, no campo da arquitetura e do urbanismo.

.

Referências

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Ekabó!** Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1989.

NASCIMENTO, Íris Salles. **O espaço do terreiro e o espaço da cidade:** cultura negra e estruturação do espaço urbano. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1989.

VELAME, Fábio Macêdo. **A arquitetura do terreiro de candomblé de culto aos Egum:** o Omo Ilê Aboulá, um templo da ancestralidade afro-brasileira. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

VELAME, Fábio Macêdo. **Arquiteturas da ventura:** os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

VELAME, Fábio Macêdo. **Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira:** o Omo Ilê Agboulá, um templo do culto aos Egum no Brasil. Salvador: Edufba, 2019.

VELAME, Fábio Macêdo. **Arquiteturas crioulas:** os terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix. Salvador: Edufba, 2022.

Recebido em: 06/09/2024

Aceito em: 11/10/2024

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v13i0.64172

Como citar: VELAME, Fábio Macêdo. "Se há alguma revolução que deu certo neste país, é a implementação das cotas". **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 13, n. 1, p. 29-47, 2024.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL